



IMIGRAÇÃO JUDAICA NA AMAZÔNIA: A HISTÓRIA DOS SEFARDITAS DO AMAPÁ

JEWISH IMMIGRATION IN AMAZONIA: THE HISTORY OF THE SEPHARDIM IN AMAPÁ

*Marcos Vinicius de Freitas Reis**

*Eneida Damasceno Borges de Sá***

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise do processo histórico que permeia a vinda dos judeus sefarditas para o estado do Amapá e a sua constituição enquanto comunidade, a partir de uma revisão bibliográfica do tema e de entrevistas com integrantes do Comitê Israelita do Amapá. Será apresentada a trajetória que esses judeus percorreram até chegarem ao Amapá, desde a expulsão da Península Ibérica e todas as intercorrências que a caracterizaram, como, o período que viveram no Marrocos, até sua chegada e adaptação na Amazônia e, posteriormente, no Amapá. Serão abordadas diversas conjecturas históricas e sociais que conduziram a esse processo, do estabelecimento das primeiras famílias à consolidação da comunidade.

Palavras-chave: Imigração judaica. Sefarditas. Amazônia. Amapá.

* Docente do Curso de Mestrado Acadêmico em História Social da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente do Mestrado Profissional em História da Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutor em Estudos de Fronteira pela UNIFAP. Pós-Doutor em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br.

** Mestra em História do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH pela Universidade Federal do Amapá (2022). Pesquisadora do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES). E-mail: eneida.borges@ueap.edu.br.



ABSTRACT

This article proposes an analysis of the historical process that permeates the coming of Sephardic Jews to the state of Amapá and their constitution as a community, based on a bibliographic review of the theme and interviews with members of the Israelite Committee of Amapá. The trajectory that these Jews took until they arrived in Amapá will be presented, since the expulsion from the Iberian Peninsula and all the interferences that characterized it, such as the period they lived in Morocco, until their arrival and adaptation in the Amazon and, later, in Amapá. Several historical and social conjectures that led to this process will be addressed, from the establishment of the first families to the consolidation of the community.

Keywords: Jewish immigration. Sephardics. Amazonia. Amapá.

1 INTRODUÇÃO

O povo judeu é conhecido por ter comunidades ao redor do mundo e isso se dá, em muitas das vezes, por sofrerem, historicamente, perseguições a sua fé, mas também por procurarem melhores condições de vida, carregando consigo suas tradições e na esperança de um dia habitar sua “Terra Prometida”¹. Embora os judeus afirmem seguir os mesmos valores, dentro da comunidade judaica existem divisões que são caracterizadas de acordo com sua terra de origem, como por exemplo: os Sefarditas, de origem espanhola; Askenazitas, de origem alemã; Serfaditas, de origem francesa; e os Foinquititas, oriundos do Oriente Médio. Essas divisões acabaram definindo as diferenças entre uma comunidade e outra. O termo serfadita, nas palavras de Menezes

Provém de *Sfard*, palavra hebraica atribuída à Espanha. É o nome designado aos judeus da Península Ibérica e seus descendentes que se distribuíram em outros países, notadamente, na Turquia, Grécia, Bulgária, Marrocos, Argélia (e daí, para a França) etc. Também chamado de sefardita, sefardi, sefardi ou sfaradi. Como o plural em hebraico é formado pelo sufixo IM, o plural de *sfaradi* é *sfaradim*. (RIBEMBOIM, MENEZES, 2005, p. 65).

A imigração judaica na Amazônia se constitui, substancialmente, de judeus sefarditas, pois são esses que vieram em grande número para a Amazônia² e esta é a origem da maioria dos judeus que chegaram ao Amapá. Muito destes judeus são descendentes

¹ Também conhecida como Terra de Canaã, foi prometida ao povo de Israel ao sair do cativeiro no Egito. Essa passagem é relatada no livro de Êxodo (HUBNER, 2009).

² Benchimol (1998); Lins (2010).

de judeus sefarditas que viviam na Península Ibérica antes de serem expulsos para o Marrocos entre 1492 e 1496. A chegada dos judeus ao Amapá é parte do intenso processo de imigração para a Amazônia, principalmente para a cidade de Belém do Pará.

Os anos de 1810 a 1910 marcam o momento em que a Amazônia recebe um número elevado de judeus, que em sua maioria chegam nas capitais dos Estados do Pará e Amazonas para, posteriormente, adentrarem em seu interior “[...] no período de 1810 a 1850. Antes do período áureo da borracha, devem ter emigrado para a Amazônia brasileira e peruana cerca de 300 famílias e outras 700 entre 1851 a 1910” (BENCHIMOL, 1998, p.55). Nesta época Macapá³ fazia parte do estado do Pará.

2 SEFARDISTAS: JUDEUS HISPANO - PORTUGUESES

Durante um longo período os judeus viveram na Península Ibérica, que futuramente se tornaria Espanha e Portugal, em convívio com mulçumanos e cristãos. Após a conquista da península pelo general norte-africano Tariq Ibn Zaid, em 711, e a consolidação do domínio dos mulçumanos nas terras espanholas, os judeus espanhóis viveram a Idade do Ouro, momento próspero no aspecto cultural, religioso e financeiro (BORGER, 1999).

Quando a perseguição se tornou muito forte na Espanha mulçumana, a solução encontrada foi migrar para a Espanha cristã, a partir do século XII, quando os judeus repovoaram as terras conquistadas. Lá ficaram morando nos bairros que foram denominados de *judiarias*⁴. Estes espaços eram destinados aos judeus e ficavam em belas áreas nas quais eles podiam residir e fazer seus negócios. A intenção inicial, segundo Borger (1999), não era segregá-los, até porque eram importantes para o enriquecimento dos reinos, mas, assim como na Espanha mulçumana, a qualidade de vida oscilava de acordo com a liderança que estava no poder.

³ A cidade de Macapá integrou o estado do Pará até os anos de 1943, quando passou a ser a capital do Território Federal do Amapá até os anos de 1988, data em que foi criado o estado do Amapá, tornado assim a sua capital.

⁴ Borger (1999).

De acordo com Benchimol (1998), foi a partir do casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão, em 1469, ambos herdeiros da coroa de seus respectivos reinos, que a vida começou a mudar para os judeus espanhóis. O Papa Inocêncio VIII denominou Fernando e Isabel como “Os Reis Católicos” e, posteriormente, foram nomeados dois frades inquisidores, estendendo a Inquisição por Aragão, Catalunha e Valencia. Neste momento, os judeus espanhóis viveram anos de horrores. Em 1492, após pressão do Inquisidor Geral Tomás de Torquemada, os reis espanhóis decretaram a expulsão dos judeus: caso não se convertessem ao catolicismo seriam mortos nas fogueiras da Inquisição. Assim, alguns judeus migraram para o Marrocos, mas a maior parte fugiu para Portugal. A escolha da maioria por Portugal se deu pela promessa do Rei Português D. João II, que lhes garantia proteção por 8 meses ao custo de 8 cruzados por pessoa, deixando-os ir após o prazo.

Segundo Heller (2010), os judeus espanhóis se encontram com os judeus portugueses, ambos sefarditas ibéricos, mas não espanhóis, “[...] que habitavam aquele país desde antes da instalação da primeira dinastia de Borgonha”. Porém, D. João II não cumpriu a promessa e vendeu milhares de judeus como escravos, confinando-os em *judiarías* e obrigando-os a usar um símbolo que identificasse sua crença religiosa. Seu sucessor, Rei D. Manuel I, por pressão de seus futuros sogros, os reis espanhóis, decretou em 1496 a expulsão dos judeus das terras portuguesas, dando-lhes um prazo de 10 meses para converterem-se ao catolicismo.

Temendo a evasão do capital judeu para outros países, D. Manuel I retrocedeu e decretou a conversão forçada dos judeus ao catolicismo. Tal ato acabou fazendo com que muitos judeus se convertessem ao catolicismo, criando a figura dos *crístãos-novos* e *criptojudeus*, como explica Benchimol (1998). O primeiro termo designa os judeus convertidos à força e o segundo aqueles que se dizia cristãos, mas continuavam convictos de sua fé. Renunciavam ao judaísmo, mas o praticavam em segredo.

3 TOSHABIM E MEGORASHIM: OS JUDEUS MARROQUINOS

Após serem expulsos de Espanha e Portugal, muitos judeus migraram para o Marrocos, que já servira de local de fuga em anos anteriores. Ao chegarem ao norte

da África, os judeus hispano-portugueses se depararam com uma comunidade judaica consolidada no Marrocos. Ali eram chamados *tochabim*, judeus nativos do Marrocos, que segundo Heller, eram “[...] descendentes daquelas comunidades orientais, que emigraram de Bagdá alguns séculos antes, por ocasião da grande expansão omíada em direção ao Ocidente” (2010, p.38).

Os *tochabim*, segundo Benchimol (1998), chamavam os recém-chegados de *megorashim*, pois estes haviam sido exilados da Península Ibérica e não possuíam pátria. Ao chegarem à nova terra, os *megorashim* procuraram por cidades portuárias como Tânger, Tetuân e Salé, pois nelas havia uma maior movimentação econômica e política. Por outro lado, os *tochabim* preferiam as cidades mais ao sul do Marrocos. Nas cidades marroquinas, os judeus também moravam em vilas exclusivas para eles, chamadas de *melah* (gueto). Por possuírem habilidades com negócios, os judeus hispano-portugueses logo começaram a se destacar social e economicamente, mesmo que de forma modesta, e passaram a assumir cargos de liderança dentro das *melahs*. O modo empreendedor e os costumes trazidos da Espanha acabaram criando um espírito de superioridade dos recém-chegados junto aos nativos.

Embora os novos habitantes não tenham tardado a se adaptarem ao novo local, os muitos anos que separaram esses dois grupos moldaram seus ritos e costumes e não demorou para que começassem os conflitos entre ambos. De acordo com Benchimol (1998), os exilados manifestavam antipatia pelos nativos; já os nativos consideravam os judeus espanhóis pretensiosos e ridicularizavam seus costumes importados da Espanha. Havia divergências quanto às interpretações religiosas e litúrgicas.

Em relação aos costumes, Nogueira, explica sobre os enfrentamentos que os grupos possuíam: “os *megorashim*, que não aceitavam a bigamia, e os *toshabim*, que a admitiam diante de certos critérios” (2015, p.15). A linguagem utilizada por ambos também era um fator de divisão, pois enquanto os nativos falavam um dialeto árabe marroquino os exilados se comunicavam usando uma linguagem castelhana. Com isso havia sinagogas específicas para cada grupo.

Assim como nas *judiarias* hispano-portuguesas, a qualidade de vida dos judeus dentro dos *melahs* variava de acordo com a liderança nas regiões marroquinas. Lá, os judeus viviam ora períodos pacíficos e prósperos, ora momento de violência e perseguição.

As condições precárias das *melahs* também causavam muito incômodo aos judeus, que conviviam com doenças e epidemias por conta das más condições sanitárias. A população local também não via com bons olhos as inúmeras sinagogas que havia nas cidades e frequentemente as apedrejavam ou as violavam. Culpavam os judeus por qualquer conflito que havia na região e demonstravam ciúme pelas posições sociais que certos judeus conseguiam economicamente. A depender das lideranças, os judeus conseguiam momentos de paz, porém alguns sultões, segundo Benchimol (1998), às vezes consentiam que as cidades fossem invadidas e saqueadas.

Os judeus também eram submetidos a conversões forçadas, enfrentavam períodos de fome e tinham sua liberdade cerceada. Sua vida nos *melahs* não fugiu muito à regra do que acontecia anteriormente em Portugal e Espanha. Benchimol (1998) diz que os mesmos passaram pela *Guezerah* (sentença maldita) da Ibéria e haviam chegado ao *Guehinam* (inferno) do Marrocos, e esperavam a oportunidade para fugir para um lugar melhor.

Antes de falar sobre a migração dos judeus para a Amazônia, é importante citar o papel da *Alliance Israelite Universelle* (AIU), ou *Aliança Israelita Universal*, fundada no ano de 1860 por um grupo de judeus com o apoio financeiro do Barão Maurice de Hirsch. Tal objetivou expressar a necessidade de solidariedade aos judeus, trabalhar pela sua emancipação e progresso moral, oferecer ajuda e assistência aos judeus vítimas do antissemitismo (BENCHIMOL, 1998).

A AIU fundou escolas em várias partes do mundo onde havia comunidades judaicas. Além das matérias escolares, meninos e meninas aprendiam sobre as línguas de outros países e profissões. Estes eram incentivados a emigrarem para outros países em busca de melhorias nas suas vidas. Benchimol (1998) e Heller (2010), apontam para a importância que a AIU teve, encorajando os judeus a migrarem novamente para outras partes do mundo, porém, indo agora mais preparados.

Heller (2010) fala sobre como os judeus buscam a assimilação para sua sobrevivência, e alguns ideários da AIU acabaram sendo incorporados por eles. As mulheres judias ganharam papéis de mais destaque, sendo que muitas delas, quando vinham para a Amazônia, traziam seus instrumentos para ensinar seus filhos. Durante

a crise da borracha, por exemplo, ajudaram seus maridos trabalhando fora para complementar a renda da casa.

De acordo com Nogueira (2015), as mulheres passaram a ser educadas de acordo com os valores humanistas e nos ideais de igualdade, o que acabou mudando a vida das jovens que, segundo a autora, em sua maioria, eram analfabetas uma vez que a educação era reservada às filhas dos rabinos. Os judeus que chegaram na Amazônia, que também passaram pela AIU, foram importantíssimos ao assumirem papéis de liderança durante a crise da borracha na Amazônia.

O período em que os judeus viveram no Marrocos é parecido com o que eles haviam passado na Espanha e Portugal. Todos os fatores citados anteriormente fizeram com que os judeus ficassem atentos em busca de um novo local para viver melhor. O povoamento da Amazônia, junto a outros fatores, acabou atraindo-os para a América, provocando uma nova diáspora, agora para a Amazônia.

Naturalmente, as diferenças foram trazidas junto com os judeus para a Amazônia. Benchimol explica que quando os judeus chegaram a Belém primeiramente fundaram uma sinagoga chamada Essel Abraham (1824) e, posteriormente, a Shaar Hashamaim (1889). A segunda, Shaar Hashamaim, era frequentada mais pela elite judaica de Belém, descendente dos judeus *megorashim*; já a primeira, com sua aparência modesta, se tornou “a esnoga de los pobres y de los forasteiros – toshavim” (BENCHIMOL, 1998, p.21). Fundaram também, em 1842, o primeiro cemitério israelita da região norte do Brasil, considerado um dos mais antigos do país.

4 A CHEGADA DOS JUDEUS SEFARDISTAS NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO COM A NOVA TERRA

No início da colonização era permitida a vinda apenas de portugueses para o Brasil. Em 1496⁵ os judeus portugueses foram obrigados a se converterem ao catolicismo ou seriam expulsos de Portugal. Os poucos que se converteram foram identificados como cristãos-novos, mas a maioria dos judeus fugiu para o Marrocos, pois aquele local já

⁵ Benchimol (1998).

era lugar de refúgio em tempos passados e já possuía um número considerável de judeus estabelecidos na região.

Conforme Falbel (2018), alguns desses cristãos-novos vieram para o Brasil, mas tinham que manter sua identidade judaica escondida. Neste período, os portugueses estavam iniciando a colonização no Brasil, e a religião católica era a oficial da Coroa Portuguesa. Logo após o Tribunal da Inquisição ter se instaurado em Portugal, ele foi expandido sobre todo domínio português, chegando às terras brasileiras.

Benchimol (1998) situa o início da diáspora judaica para o Brasil, e em especial para a Amazônia, o fato histórico da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 e os tratados assinados pelo Rei Dom João VI, dentre eles a Abertura dos Portos, em 1808, e o Tratado de Aliança e Amizade, em 1810. A Família Real veio para o Brasil fugindo do avanço napoleônico na Europa e contou com a ajuda dos aliados ingleses. Há inúmeros fatores que incentivaram a vinda dos judeus para o Brasil, dentre eles os mais importantes são os de cunho político, social e econômico. Os fatores-políticos foram decisivos a partir da abertura dos portos em 1808, o que permitiu a entrada de navios estrangeiros. Seguido do Tratado de Aliança e Amizade entre Brasil e Grã-Bretanha em 1810 que, dentre as cláusulas, prometia extinguir o Tribunal da Inquisição. Este foi extinguido em 1821 em todo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1824 foi instituída a Constituição Imperial do Brasil, após a proclamação da Independência do Brasil em 1822. Esta reconhece a Igreja Católica como religião oficial do Estado, mas permite que outros cultos sejam realizados de forma doméstica, dentro das casas. Desta maneira, as sinagogas já poderiam ser construídas. Em 1824 foi fundada a primeira sinagoga em Belém – Essel Abraham, sem nenhuma identificação de templo (BENCHIMOL, 1998).

Com o Decreto nº3.749 de 07 de dezembro de 1866 a navegação no interior do Rio Amazonas foi oficialmente liberada em 1866⁶, permitindo a interiorização dos estados amazônicos. A Proclamação da República em 1889 foi o momento do rompimento

⁶ BRASIL. Decreto nº 3.749, de 7 de dezembro de 1866. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3749-7-dezembro-1866-554560-publicacaooriginal-73201-pe.html> > Acesso em: 03 mar. 2021.

entre Igreja e Estado no Brasil, que se tornou um estado laico e foi instituída a liberdade de culto. Esses sucessivos acontecimentos contribuíram para que o Brasil se tornasse, cada vez mais, alvo da imigração judaico-marroquina. Após viverem anos de perseguições e ataques no Marrocos, e a Amazônia surgindo como uma chance para recomeçar suas vidas, os judeus começaram uma nova diáspora rumo à *Eretz Amazônia – A Nova Terra de Promissão* (BENCHIMOL, 1998). As notícias sobre o Brasil corriam o mundo, mas junto iam as incertezas, pois alguns desenhavam a Amazônia como um lugar paradisíaco e outros como um “inferno verde”.

Não se pode ter uma data precisa da chegada do primeiro judeu na Amazônia, mas com certeza o primeiro convidou um segundo, que contou as boas novas para o terceiro. Nogueira expõe que quase sempre vinham os mais novos.

No início, a imigração judaica para a região amazônica foi realizada por sefarditas do sexo masculino, em sua quase totalidade jovens entre 13 e 18 anos de idade, com a cultura relativa à sua maioria religiosa em nível bastante adiantado e com os conhecimentos gerais adquiridos nas escolas da AIU. (Nogueira, 2015, p. 31).

Somente após conseguirem uma estabilidade os homens mandavam buscar suas esposas e filhos para virem morar com eles. Muitos são os casos de tios que mandaram buscar seus sobrinhos para se inserirem no mercado amazônico. Certo é que, para continuar vivenciando a sua fé, o judeu achava importante estar em contato com outros judeus, mesmo em um lugar novo e desconhecido.

Os primeiros chegaram a Belém por volta de 1810 e 1820, durante o período em que a economia girava em torno da comercialização das *drogas do sertão*⁷. Nesse momento, a borracha tinha pouca procura, pois era baixa a demanda internacional. As três principais cidades do Pará (Belém, Cametá e Marajó) possuíam um baixo número populacional e eram pobres: “Quase toda a população nativa paraense era muito pobre e isolada. Pobreza e solidão que vinham desde os tempos coloniais” (BENCHIMOL, 1998, p. 54)

Egon e Frieda Wolff (1983), em seu estudo sobre os cemitérios judaicos na Amazônia, fizeram um inventário dos cemitérios israelitas que havia no Pará e Amazonas. E

⁷ De acordo com Harris (2017) o termo refere-se às mercadorias como cacau, castanhas, resinas para fins medicinais encontradas as margens dos rios.

demonstraram que em 1842 já havia uma quantidade considerável de sepulturas de judeus no Pará, pois por onde os judeus se estabeleciam com objetivos de permanecerem edificavam suas lápides, as *matzevás*, com os símbolos e escrituras em hebraico. Benchimol (1998) fala da criação do primeiro cemitério judeu de Soledade em 1842, comprovando a presença hebraica já nesse período. Há referências ao cemitério israelita em Macapá, com lápides que datam do ano de 1895.

O período áureo da borracha (1850-1910) foi o momento em que a Amazônia recebeu a maior leva de judeus, que vieram somar-se aos nordestinos, caboclos e estrangeiros, na exploração do extrativismo Amazônico. Heller (2010) defende que os motivos de atração para a Amazônia pesaram mais do que os fatores de repulsão marroquinos. Para o autor, os judeus possuíam uma rede de troca de informações e dados acerca de pequenas cidades ao longo do território Amazônico. Destaca a vinda de *crístãos-novos* para essa região que, após se sentirem seguros, passaram a recomendar a vinda de seus familiares e conhecidos.

Benchimol (1998) e Heller (2010) sustentam que em seu período áureo, a Amazônia não possuía mão de obra suficiente para dar conta da demanda necessária e por isso se intensificou uma propaganda que exaltava a beleza da região e a possibilidade de fazer fortuna de modo rápido. Nogueira (2015) assevera que provavelmente algumas empresas estrangeiras, para conseguirem liberdade para navegar nas águas amazônicas, entraram em acordo com o governo federal para trazer imigrantes sem cobrar passagens.

A vinda dos judeus para a Amazônia não teve financiamento oficial do Estado, eles vieram por conta própria, juntando suas últimas economias e fazendo empréstimos, mas a política de interiorização da Amazônia contribuiu tanto para vinda dos judeus para a Amazônia, quanto para sua interiorização na mesma. “A navegação do exterior ajudou a trazer os judeus-marroquinos para a Amazônia e a navegação interior os levou para os confins da região, em busca de trabalho e da fortuna” (BENCHIMOL, 1998, p. 50).

Se no início a imigração judaica foi marcada pela vinda em sua maioria de homens, após os judeus se estabelecerem o que se viu foi a vinda de famílias inteiras para as regiões. Tal fator marca a diferença dos judeus para os outros imigrantes, mostrando

que não vieram para cá de forma temporária e, enquanto os pais trabalhavam nas lojas ou regatões, as mães cuidavam dos filhos e da casa, ocupando-se, pois, em repassar os valores de sua religião.

A presença das esposas assegurava a continuidade do caráter doméstico e gregário da vida judaica, milenarmente presa aos valores culturais e religiosos, pois logo que possível criavam as próprias comunidades e instituições como forma de assegurar a permanência de sua cultura e tradição. (BENCHIMOL, 1998, p. 60).

Mas os autores⁸ também comentam que alguns judeus se envolveram com mulheres nativas, deixando sua linhagem durante as viagens aos interiores amazônicos. Samuel Hiel Benchaya⁹, Presidente do Comitê Israelita do Amapá, em entrevista, diz que nas cidades interioranas há muitas pessoas com sobrenome das pessoas mais nobres dentro das comunidades judaicas, como Levy e Cohen, mas não sabem a importância dos seus sobrenomes. Tais pessoas são frutos dos judeus que se juntaram aos nativos e esqueceram ou esconderam sua origem.

Não se pode afirmar que os judeus não sofreram discriminação sistemática na Amazônia e nas pesquisas de Heller (2010) e, especialmente, de Benchimol (1998), há relatos de discriminação e perseguição, mas nada que se compare ao que ocorreu nas *judiarias* e *melahs*. Um dos fatores que podem ser apontados para essa situação é o fato de que o judeu se juntou a outros imigrantes – estrangeiros e nativos de outras regiões do Brasil – dando uma certa condição de igualdade diante da situação. Como pontua Nogueira (2015), a figura do judeu era mais aceitável que a figura do africano e do indígena, facilitando sua aceitação pela população.

Os fatores como perseguição, pobreza e fome pesaram na vinda dos judeus para a Amazônia, mas para Heller (2010) os fatores de atração como a liberdade de culto e a busca por fortuna - mas fortuna no sentido de busca pela sorte, pelo sucesso - pesaram muito mais para a sua vinda. Eles não vieram totalmente alheios à realidade local, pois a comunidade judaica possuía uma boa rede de troca de informações. Então, antes de virem, já estavam cientes sobre o que encontrariam na região.

⁸ Benchimol (1998) e Heller (2010).

⁹ BENCHAYA, Samuel Hiel. Entrevista concedida aos autores. Macapá-AP, 11 de abril de 2018.

Desta forma, os judeus sefarditas que aportaram na Região Amazônica na busca de reconstruírem suas vidas se tornaram peças importantes para os planos do Governo Federal de colonizar e “povoar” a Amazônia. Sua vinda para esta região se deu em um contexto de fuga das terras marroquinas, por conta de todo o sofrimento que passavam naquele território, e do magnetismo brasileiro que prometia fortuna e liberdade de culto, sendo ambos os fatores importantes na diáspora rumo à Amazônia. Aqui estabelecidos, fizeram desta terra seu novo lar.

5 OS JUDEUS EM MACAPÁ

Afirmar uma data exata para a chegada dos primeiros judeus em Macapá, além de ser uma tarefa difícil, é passível de erro. Primeiro porque os judeus se juntaram a muitos outros imigrantes na missão de ocupação do território amazônico, tanto para fortalecer as fronteiras, quanto na tentativa de impulsionar o comércio. Nesse processo de imigração não se tem documentos que comprovem a entrada de judeus na região, mormente porque muitos deles escondiam sua crença religiosa por medo de perseguição.

Porém, autores como Benchimol (1998) e Falbel (2008) citam a cidade de Macapá, quando ainda pertencia ao estado do Pará, no século XIX, como destino de algumas famílias judias. Ainda durante o período em que a maior parte da economia paraense girava em torno das *drogas do sertão* e recebia as primeiras famílias judias, Macapá já recebia, também, alguns judeus.

Ao chegarem à Amazônia, os judeus optavam, na maioria das vezes, pelos Estados do Amazonas ou do Pará. Os que vinham para o Pará, primeiro paravam em Belém – capital do estado, e, posteriormente, adentravam nas cidades interioranas, geralmente para fazerem vendas nos regatões. Depois de conseguirem estabilidade, mandavam buscar esposa e filhos ou alguma moça, escolhida geralmente por sua mãe, para se casarem (BENCHIMOL, 1998).

A procura dos judeus por Macapá se intensificou também durante o período áureo da borracha, quando os Estados do Pará e Amazonas receberam grande leva de imigrantes e muitos judeus vieram juntos para tentarem reconstruir suas vidas. Como Macapá ainda fazia parte do estado do Pará, muitos judeus se embrenhavam nas

matas das cidades interioranas paraenses para fazerem comércio e quando encontravam um local para morar, mandavam buscar suas famílias. Heller (2010) cita a família Leão Zagury que, segundo o autor, se instalou em Macapá em 1879. Quarenta anos depois o Major Eliezer Levy seria prefeito da cidade. Os judeus, ainda hoje, são homenageados dando nome a ruas e logradouros públicos da cidade.

Em entrevista, Samuel Hiel Benchaya explicou que a maioria dos judeus que imigraram para Macapá eram sefarditas provenientes do Marrocos. O autor afirma:

As primeiras famílias que chegaram por aqui foram as famílias Perez, mas se tu chegares com eles e perguntar se eles são judeus eles dizem que é, mas não exercitam o judaísmo, não vem na sinagoga. Aí tem os Zagury, Bermegui, Alcolumbre, Barcessat, entendeu. Tem um os outros antes deles também. (BENCHAYA, 2018).

Lobato (2013), ao analisar o período da consolidação do Território Federal do estado e o papel dos trabalhadores no desenvolvimento da cidade de Macapá, entre os anos de 1944 e 1964, apresenta o cenário socioeconômico do Amapá. No período que antecede a essa data, a população não recebia atenção do Governo Federal e era apontada como atrasada economicamente. Com sua transformação em Território Federal, em 1943, e após Janary Nunes ser nomeado governador do estado Amapá pelo presidente Getúlio Vargas, teve início uma série de obras que buscavam solucionar os “*problemas nacionais*” e colonizar os “*espaços vazios*” existentes não só no Amapá, mas na Amazônia como um todo.= Tais obras objetivavam a modernização de Macapá que, logo após Janary assumir o governo, tornou-se capital do Território, e acabou atraindo imigrantes para esta região, dentre eles aqueles profissionais que se dedicavam ao comércio. “Libaneses, turcos, judeus e portugueses tinham posição de destaque neste setor da economia” (LOBATO, 2013, p. 66).

Entretanto, podemos considerar a presença judaica nesta região em um período ainda anterior à chegada dos fluxos migratórios do século XIX e início do XX. Durante o século XVIII, Portugal ainda possuía o controle de uma colônia em Mazagão, no Marrocos. Porém, essa colônia sofria constantes ataques e estava para ser invadida. Então, o rei D. José ordenou que fosse construída uma Nova Mazagão nas

proximidades de Belém, onde hoje é Mazagão Velho, no Amapá, e que a população fosse transferida para lá (ALBUQUERQUE, 2007).

Nem todos os habitantes da Mazagão marroquina chegaram às instalações da Mazagão paraense e a tentativa de habitação da vila também não obteve sucesso, vez que, após ataques sucessivos de epidemias e doenças, grande parte da população abandonou a vila. Porém, sabe-se que a grande maioria da população era constituída de cristãos-novos. Tal fato nos leva a crer que estes cristãos-novos eram judeus convertidos ao catolicismo para poder viver sob a proteção da Coroa Portuguesa. Isso caracterizaria a presença dos primeiros judeus nesta região.

6 JUDEUS MACAPAENSES: DO PIONEIRISMO À CRIAÇÃO DO COMITÊ ISRAELITA DE MACAPÁ

A presença judaica em Macapá faz parte do processo de migração sefardita para a Amazônia, nas duas primeiras décadas do século XX, Segundo Benchimol (1998). Essa migração se intensificou com o período áureo da extração da borracha, entre 1850 a 1910. O fato de Macapá pertencer ao município de Belém ocasionou a vinda de judeus para esta região.

Em entrevista, Yussef Queiroz¹⁰, membro fundador do Comitê Israelita do Amapá, destaca que a maioria dos judeus que vieram para Macapá eram sefarditas de origem marroquina. Chegando aqui, os judeus tentaram sobreviver fazendo aquilo que mais sabiam: comércio. Queiroz pontua que essa era a principal atividade exercida pelos judeus. Isso ocorreu “em uma época que Macapá era pequena, era uma vila e foi crescendo até chegar a ser Território Federal (QUEIROZ, 2018)”.

Segundo Benchaya: “As primeiras famílias que chegaram por aqui foram as famílias Peres [...]. Aí tem os Zagury, Bermegui, Alcolumbre, Barcessat, Gabbay, Elarrat, Sananiz, entendeu (BENCHAYA, 2018)”. Ainda em referência à questão do comércio, Queiroz (2018) cita alguns pontos comerciais de destaque que pertenceram a judeus, como os Zagury, que eram proprietários da casa Leão do Norte e responsáveis, a

¹⁰ QUEIROZ, Yussef. Entrevista concedida aos autores. Macapá-AP, 12 de abril de 2018.

nível local, pela Companhia Aérea Varig; os Alcolumbres, que ainda hoje são donos de postos de combustíveis, lojas comerciais e de duas emissoras de TV locais, afiliadas à Record e Band.

Ao Memorial Amapá em 2015, Leão Zagury falou sobre lembranças, da perseguição no Marrocos à chegada da sua família em Macapá:

A trajetória da nossa família nesta terra que se iniciou quando um menino de 15 anos fugido da discriminação no Marrocos aqui chegou em 1879 e encontrou a liberdade. Imediatamente declarou que essa era a sua terra e aqui constituiu sua família. Tornou-se oficialmente brasileiro e em 1905 recebeu a patente de Capitão da Guarda Nacional e com os amigos os coronéis Coriolano Jucá, José Serafim Gomes Coelho, José Antônio Siqueira, jornalista Mendonça Júnior procuraram estabelecer as bases para o futuro. (Memorial Amapá – O emocionado discurso de Abraham Zagury, blog Alcinéa Cavalcante, Macapá-2015).

Além de sua forte presença no comércio, os judeus também possuíam expressiva atuação política no Amapá. O Major Eliezer Levy, entre os anos de 1932 e 1947¹¹, foi nomeado intendente de Macapá e posteriormente prefeito da cidade. Durante seus mandatos, foi responsável pela construção do trapiche que está localizado na orla do Rio Amazonas, e que recebe seu nome, pelo saneamento da febre amarela e construção da capela do Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição. Foi também no decorrer de sua administração que teve início a construção da BR-156. Segundo Falbel (2008), Eliezer Levy atuou politicamente para convencer o presidente Getúlio Vargas a transformar o município em Território do Amapá.

Atualmente, a família Alcolumbre exerce expressiva atuação política no cenário estadual e nacional. Com as candidaturas de Moisés Alcolumbre, Alberto Alcolumbre e Isaac Alcolumbre, o último conseguindo uma vaga de suplente nas últimas eleições. David Samuel Alcolumbre Tolobem, ou David Alcolumbre, é o mais bem-sucedido na política do clã Alcolumbre. O mesmo foi vereador de Macapá (2001-2002), deputado federal por três legislaturas (2003-2007, 2007-2011, 2011-2014), atualmente é senador, entre os anos de 2019 a 2021 ocupou o cargo de presidente do Senado

¹¹ FALBEL (2008).

Federal. Ainda tivemos Salomão Alcolumbre, que entre 2006 e 2010 foi suplente do senador José Sarney.

Embora muitas famílias judaicas, especialmente aquelas que estão envolvidas diretamente com a política, se identifiquem como judeus, essas características são apresentadas de maneira discreta e econômica. Indagado sobre esta questão, tomando como base a atuação política e a baixa visibilidade da atividade judaica na ação parlamentar dos judeus do Amapá, o senhor Queiroz comentou:

Eu diria que isto não é uma questão só a nível de Amapá, olha por exemplo, muita gente não sabe, mas um dos responsáveis pelo Plano Cruzado, chamado Dilson Funaro, era um judeu, o Mantega é judeu, nós temos aí não só no mundo político, mas no mundo artístico. [...] Eu diria que essa reserva, ela se dá até como uma forma de preservação pessoal porque ao longo da trajetória da caminhada histórica da religiosidade brasileira, lamentavelmente, criou-se alguns muitos mitos entorno de judeus que não tem um fundamento muito consistente e verdadeiro. (QUEIROZ, 2018).

Esse caráter reservado quanto à religiosidade judaica é algo que acompanha os judeus desde sua chegada à Amazônia. Benchimol (1998) usa uma expressão que condiz bem com a realidade judaica amazônica: “cidadãos na rua e judeus em casa”. O autor evidencia que o caráter doméstico judeu foi uma forma de perpetuarem sua cultura, fazendo seus ritos e comemorações. A partir do momento em que estava estabelecido, o judeu mandava buscar sua família e, se fosse solteiro, pedia para mãe escolher uma esposa judia. Dentro do judaísmo, é recomendável casamentos entre judeus para que o casal continue seguindo os preceitos judaicos e seus filhos também sigam dentro da religião, mas há muitos casamentos mistos.

Com a família ao seu lado, o judeu procura fazer todos os ritos judaicos, como: a cerimônia *Berit-Milah* (circuncisão); colocar o *Bar-Mitzvá*; fazer o ritual do *Shabat*; orar o *Kadisha* por seus entes queridos que se foram; fazer os jejuns do *Yom Kipur* e muitos outros. Benchimol (1998) informa, ainda, que após estabelecidos, alguns judeus mandavam buscar amigos ou parentes próximos, na tentativa de conseguir um *minyam* (quórum de dez) necessário para fazer estes rituais. Para Nogueira:

Esses rituais fazem parte da construção identitária, e esta, por sua vez, vem marcada tanto nas peculiaridades referentes ao judaísmo e sua tradição bíblica – celebração das festas e eventos coletivos, ritos de passagem próprios do judaísmo, legislação religiosa pautada na

Torah e Talmude e nos ensinamentos dos grandes rabinos – quanto nas singularidades regionais, língua, cultura, assimilação de elementos do local onde a comunidade está inserida, entre outros aspectos. (NOGUEIRA, 2015, p. 58).

Em Macapá, os judeus tentam continuar seguindo os preceitos judaicos, porém, fazem adaptações, pois, assim como em toda Amazônia, não é possível seguir os preceitos como os antigos faziam ou como se faz hoje em Israel. Um exemplo é que o judeu após o *Shabat* come comida *kasher*¹², porém só é possível comprar de outro estado e nem todos possuem condições financeiras para seguir tal ritual.

No judaísmo esses pontos (mudanças) podem ser a constituição do núcleo duro que corresponde aos ciclos da vida judaica, a cultura, as referências que passaram a ser parte integral do ser e viver judaicamente, a história, o nacionalismo, o sionismo, entre outros. Ou seja, enquanto o grupo e o indivíduo permanecerem conectados a eles, não será possível falar de uma ruptura ou assimilação total. (NOGUEIRA, 2015, p. 70).

Embora a comunidade judaica do Amapá não siga rigorosamente os preceitos judaicos, isso não a torna inferior no âmbito do judaísmo. Esse sentir-se judeu, segundo Nogueira, vem a partir de uma tradição que “conecta os grupos espalhados por diversos países com uma origem comum, primordial, identificando-os, conforme a Torá, como filhos de Abraão e herdeiros do patriarca Israel” (NOGUEIRA, 2015, p. 63). Para ser judeu, segundo os ortodoxos, é necessário nascer de mãe judia ou converter-se ao judaísmo, este último feito por um tribunal rabínico.

A Comunidade Judaica do Amapá passou a ter uma sinagoga recentemente em outubro de 2018. Segundo Benchaya (2018), o Centro Israelita de Macapá foi fundado em 2004, e no ano de 2009 institucionalizou-se sob razão social de Comitê Israelita do Amapá. As primeiras reuniões e festas religiosas ocorriam na casa da família Zagury, presidente de honra do Comitê Israelita, na Avenida Fab. No momento em que foi realizada a entrevista, abril de 2018, as reuniões eram realizadas em uma sala comercial da família Ruben Bermeguy, na residência da família Sol Errat. Porém, a sede do Comitê Israelita e a sinagoga estava em fase final de acabamento, foram feitas adaptações em um imóvel doado pela família Pierre Alcolumbre, no bairro do

¹²Apropriado, aceitável ou ritualmente usável [...]. A palavra *kasher* designa o ritual de preparação da comida a ser consumida pelos judeus, também se aplica a outras coisas, além da comida, como a indumentária tradicional. (ASHERI apud NOGUEIRA, 2015, p. 100).

Perpétuo Socorro, onde atualmente funciona a sinagoga e a sede administrativa do Comitê Israelita.

Segundo Queiroz (2018), o Comitê Israelita do Amapá teve como fundadores Ruben Bermegui (Presidente), Arão (Vice-Presidente), Samuel Benchaya (Secretário), Eduardo Fishiben e Jude Costa (Tesoureiros). O próprio Queiroz trabalhou na fundação do Comitê, porém, não fez parte da diretoria. Atualmente, Samuel Benchaya é o presidente do Comitê Israelita, e ao comentar sobre a administração do Comitê, o senhor Queiroz elencou os feitos realizados pela instituição: construção de um portão próprio no Cemitério Israelita – antes a entrada para o cemitério era feita pelo portão do Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição; aquisição de espaço próprio para os judeus nos outros dois cemitérios da capital (Cemitério Municipal São José e Cemitério Municipal São Francisco de Assis); como utilidade reconhecimento pública municipal em 2013 e estadual em 2014¹³, além de trabalhos para a comunidade judaica.

Conforme Benchaya (2018), “Ruben Bermegui era o Centro Israelita, que depois se tornou Comitê Israelita e se institucionalizou”. A partir da institucionalização, a Comunidade Judaica do Amapá passou a integrar a Confederação Israelita do Brasil (CONIB). É importante notar a ausência da família Alcolumbre tanto na fundação como na diretoria do Comitê. Mas, segundo Benchaya, os mesmos estão sempre à disposição da comunidade. O senhor Queiroz ressalta a atuação de Alberto Alcolumbre na quitação da primeira *Cerfe Torá*¹⁴ doada pela CONIB.

Indagado sobre a demora na constituição de uma organização institucional judaica no Amapá, Queiroz (2018) sinalizou que talvez no período inicial não se sentisse uma necessidade premente de se ter um comitê ou uma sinagoga, pois os primeiros judeus que aqui chegaram queriam se estabilizar e comercializar. Porém, com o passar dos anos surgiu a necessidade de institucionalizar a presença judaica. A organização do

¹³ Amapá (Estado). Lei nº 1796, 10 de fevereiro de 2014. Declara de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Amapá o Comitê Israelita do Amapá. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=47699> Acesso em: 03 mar. 2021

¹⁴ Cerfe Torá é um rolo, pergaminho, contendo os cinco primeiros livros da Bíblia, que nós chamamos de Torá.

Comitê Israelita de Macapá ocorreu sob orientação do rabino Moises Elmesany, da sinagoga de Belém.

Ele vinha aqui, em alguns vários momentos quando membros da comunidade faleceram, ele veio de Belém fazer o serviço religioso fúnebre e assistir familiares naquele momento de dor. E depois quando nós formalizamos a criação do Comitê Israelita do Amapá, Rabino Moisés se tornou aquela figura de fundamental importância porque ele veio orientando, norteando como deveríamos criar esse comitê israelita. Ele foi aquela pessoa que religiosamente nos assessorou e nos orientou. (QUEIROZ, 2018).

E quando perguntado sobre o porquê da ausência de um rabino em Macapá, Samuel Benchaya explica que a atuação rabínica é uma espécie de profissão. Segundo ele, é muito caro sustentar um Rabino, pois a comida tem que ser *kasher*, o material da vestimenta tem que seguir alguns preceitos do judaísmo, e, além do rabino, a comunidade teria que sustentar sua família. De acordo com o presidente do Comitê Israelita, a comunidade não teria condições de arcar com essas despesas.

Outra observação feita durante as visitas aos cultos foi a baixa frequência de membros durante os serviços religiosos na sinagoga. Segundo Samuel Benchaya, o Comitê Israelita convida a todos para os cultos, porém, os judeus macapaenses preferem continuar fazendo seus cultos domésticos, e quando necessário vão à sinagoga. Entretanto, de acordo com Benchaya, a baixa frequência às reuniões também são realidades reportadas por demais líderes de comunidades de outros estados. Para contornar essa situação, foi desenvolvido o método da “Sinagoga Itinerante”, como explica Benchaya:

Quando chega uma páscoa, como essa que você viu a gente come aqui a ‘Matzá’, ela chega então o que eu faço? Pego um papel, aí preparo “olha é assim, a nossa pascoa é dia tal e é tal hora e você faz aquilo, faz isso, faz aquilo”, aí vou entregar e eu faço questão de entregar nas casas dos que não vem, entendeu. E é isso que a gente chama de ‘sinagoga itinerante’. E isso foi bom, essa ideia porque eles não estão vindo aqui, mas estão fazendo na casa deles (BENCHAYA, 2018).

A partir dessas ações, torna-se perceptível a tentativa do Comitê Israelita do Amapá de atrair os judeus macapaenses junto a seus trabalhos. Samuel Benchaya também comentou sobre os processos ao judaísmo, “tem momentos aqui na sinagoga que tem uns dez assim que estão em processo de conversão e três ou quatro judeus

(BENCHAYA, 2018)”. É necessário viajar para uma região que tenha *Bet Din*, um tribunal rabínico, para poder finalizar o processo de conversão.

Após se estabelecerem em Macapá, os judeus procuraram continuar exercendo os preceitos judaicos e transmitir os mesmos aos seus filhos, perpetuando-os de geração a geração. O novo lar os pressionou a uma adaptação, mas sempre procurando não se afastar de seus preceitos. E hoje, após a institucionalização de um Comitê Israelita do Amapá, há, mais uma vez um processo adaptação, no qual a geração de judeus, filhos e netos dos pioneiros, passam a lidar com preceitos trazidos por judeus de outras regiões, gerando uma relação de atrito e concessão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vinda dos judeus para a Amazônia possui fatores de repulsão e atração. Aqui alocados, foram importantes para a interiorização e fortalecimento das fronteiras do território nacional. Mas também se defrontaram com os estigmas que os têm fustigado ao longo de sua história. Entretanto, a situação não se equipara a todo sofrimento causado nos seus lares anteriores.

Ao chegarem, procuraram se adaptar à região, mas continuaram com suas tradições, passadas de pai para filho. Essas tradições milenares também influenciaram os locais e as sociedades por onde imigraram. No Amapá, a presença judaica remonta ao período colonial. Porém, a região só passou a receber contingentes significativos de imigrantes judeus no período áureo da borracha, integrando um processo que ocorreu em diversos pontos do norte do país. Os judeus chegaram às terras Tucujus fugindo da perseguição religiosa e em busca de melhores condições de vida, segurança e oportunidades de prosperarem economicamente. Estes homens e mulheres que, ao longo do tempo, ouviram e leram a passagem do Êxodo, fizeram do Amapá a sua “Terra Prometida” e muitos deles se tornaram grandes empresários e comerciantes, chegando a altos postos políticos, de relevante importância no cenário local e nacional.

ENTREVISTAS

BENCHAYA, Samuel Hilel. Entrevista concedida aos atores. Macapá-AP. 11 de abril de 2018.
QUEIROZ, Yussef. Entrevista concedida aos autores. Macapá-AP. 12 de abril de 2018.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. **ARC-Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, v. 1, n. 6, p. 313-319, 2007.
- Amapá (Estado). **Lei nº 1796, 10 de fevereiro de 2014**. Declara de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Amapá o Comitê Israelita do Amapá. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=47699> Acesso em: 03 mar. 2021
- BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. Editora Valer. Manaus; 1998
- BORGER, Hans. Na rota dos sefaradim. In: **Uma História do povo judeu: De Canaã à Espanha**. 4. ed. São Paulo: Sêfer, 1999. v. 1.
- BRASIL. **Decreto nº 3.749, de 7 de dezembro de 1866**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> Acesso em: 03 mar. 2021.
- CAVALCANTE, Alcinéa. **Memorial Amapá- O emocionado discurso de Abraham Zagury**. 15 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.alcinea.com.br>>, Acesso em 18 de agosto de 2017.
- FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. Humanitas, São Paulo; 2008.
- HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- HELLER, R. J. **Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- HUBNER, Manu Marcus. **A rota do êxodo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LINS, Wagner. **A mão e a luva: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas**. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) – Universidade de São Paulo, 2010.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013
- NOGUEIRA, Dina Paula Santos. **Identidade e tradição: um estudo sobre as mulheres da Comunidade Judaica de Manaus**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RIBEMBOIM, José Alexandre; MENEZES, José Luiz Mota. **O primeiro cemitério judeu das Américas: período da dominação holandesa em Pernambuco (1630-1654)**. Recife: Bagaço, 2005.

WOLFF, Egon e Frieda. **Sepulturas de Israelitas – II. Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas**. Rio de Janeiro; 1983.